

Sobre a Felicidade no Pensamento de Aristóteles e Spinoza

VALTERLAN TOMAZ CORREIA *

RESUMO

O presente artigo trata do conceito de felicidade em Aristóteles (384-322 a.C.) e Benedictus de Spinoza (1632-1677). Felicidade que é de fundamental importância para a compreensão da ética e da política no pensamento de ambos os filósofos. A partir daí, buscaremos apresentar brevemente considerações que nos apontem uma maior compreensão desse conceito. Assim, destacaremos a noção que cada um, respectivamente, tem sobre o tema proposto. A partir disso, será possível definir a felicidade na visão separada dos dois pensadores.

PALAVRAS-CHAVES

Aristóteles. Spinoza. Felicidade. Conceito. Compreensão.

* Mestrando em Filosofia no programa de pós-graduação da UECE; membro do GT BENEDICTUS DE SPINOZA no Projeto de Pesquisa *A questão da liberdade na Ética de Benedictus de Spinoza* da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE, sob a orientação do Prof. Dr. Emanuel Ângelo da Rocha Frago. E-mail: valterlancorreia@yahoo.com.br

About Happiness in Thought of the Aristotle and Spinoza

ABSTRACT

The present article concerns about concept of happiness in Aristotle (384-322 a.C) and Benedictus de Spinoza(1632-1677). Happiness which is of fundamental importance to ethics and politics comprehension in thought of both philosophers. From that, we will look for to show briefly considerations which indicates to us one greater understanding of this concept. So, we will highlight the notion which each one, respectively, have about proposed theme. From that, will be possible to define the happiness in the separated vision of both thinkers.

KEYWORDS

Aristotle. Spinoza. Happiness. Concept. Understanding.

Introdução

Um conceito imprescindível à filosofia de Aristóteles e de Spinoza é o de felicidade.¹ Sem ele, talvez, não fosse possível pensar o sistema filosófico tanto de um quanto do outro, tendo em vista que ela (a felicidade) seja aquilo que mais se pretende alcançar na vida, pois de fato, o homem quer ser feliz. Naturalmente, a busca dessa felicidade pode ter sérias implicações na vida de cada indivíduo, bem como da sociedade se ele não souber o que ou a quem buscar para ser feliz, e assim, tornar-se plenamente satisfeito. Além disso, podemos dizer que em ambos os filósofos a felicidade está amparada na razão e na virtude, pressupostos de uma maior compreensão da realidade, isto é, da interação dos homens com mundo e da relação de uns com os outros no coletivo.

Com efeito, a felicidade é uma necessidade inerente ao homem, mas ela não é a mesma em todos os seres humanos, de maneira que alguns a busca no dinheiro, outros no sexo ou drogas, na realização profissional, no consumo, numa aventura momentânea,

1 Felicidade vem do termo grego *eudaimonia*. Segundo Lima Vaz, a *eudaimonia* é: “[...] traduzida na linguagem usual por felicidade, denotando o sentimento de bem-estar ou auto-satisfação do agente, o que realça seu caráter contingente e transitório. (VAZ, 2009, pp. 118-119). É interessante lembrar, que em Spinoza a *eudaimonia* grega, ou aristotélica tem a conotação de beãitüdõ, essa advém do latim e quer dizer também felicidade, de acordo com o *Dicionário Latino-Português* de Evaristo Faria (2003, p. 131). No dicionário de Nicola Abbagnano, por sua vez, temos uma visão geral de felicidade, a saber: “[...] estado de satisfação, de alguém com sua situação no mundo [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 505).

enfim, por qualquer meio que acreditem poder lhes proporcionar felicidade. Todavia, é preciso manter, na medida do possível, um certo equilíbrio dessa necessidade de ânimo (paixão) pela razão e se tornar virtuoso, agindo assim de modo sensato e coerente.

Num primeiro momento, não tínhamos a intenção de atrelar esses meios que acima elencamos a uma questão moral, mas sim à felicidade como um fim em si mesma. No entanto, a felicidade está fortemente ligada à ética, e por assim dizer, a moral, logo é inevitável não ligar um ponto a outro. Portanto, o que é a felicidade? Ora, indagar acerca desse conceito é se perguntar sobre o coletivo, pois se tal felicidade não é a mesma para todos e, nesse sentido, ninguém é totalmente livre para fazer o que deseja ou tem vontade, como se dão as relações? E como ser plenamente feliz no convívio com outro que pode desejar algo diferente e assim afastá-lo de sua felicidade particular? Mas também é possível pensar como se pode ser feliz não existindo o outro, que por sua vez também almeja alcançar a felicidade e pode até mesmo ser um meio para este fim. Poderia a felicidade ser aprendida? Provavelmente, a resposta pode estar numa postura racional.

Desse modo, Aristóteles e Spinoza caminham por vias diferentes, mas parecem se reencontrar num entroncamento qualquer, de fato, eles se identificam em certos aspectos. Para o primeiro, o homem sábio tem maior possibilidade de alcançar a felicidade por ser mais contemplativo; para o segundo, é aquele que se “agarra” ao maior bem de todos, a fim de conhecê-

lo mais e melhor, a saber, Deus ou Natureza,² e por isso mesmo compreende as causas e torna-se cada vez mais livre, promovendo em si uma satisfação sem igual, característica esta que também pode ser atribuída ao terceiro gênero de conhecimento ou mesmo ao homem sábio. Portanto, a sabedoria é um ponto importante para os dois autores, embora trilhem diferentes caminhos para explicá-la.

Parece-nos que a sabedoria está diretamente envolvida com a consciência que os homens têm da felicidade, consciência esta que nem sempre se alcança. Entretanto, há uma ruptura no que se refere aos bens, frequentemente associados à felicidade, pois ainda que sua filosofia busque um equilíbrio, Aristóteles enxerga nos bens materiais um meio para felicidade, como ele bem coloca em sua *Ética a Nicômacos*: “[...] a felicidade também requer bens exteriores, pois é impossível, ou na melhor das hipóteses não é fácil, praticar belas ações sem os instrumentos próprios.” (Et. nic., I, 1099, b 27). Por sua vez, Spinoza os classifica como bens incertos, sendo na verdade um empecilho à felicidade por não atingir o sumo bem (Deus ou Natureza) e, por conseguinte, um contentamento. Ora, Spinoza argumenta: “[...] que toda felicidade ou infelicidade reside só numa coisa, a saber, na qualidade do objeto ao qual nos prendemos pelo amor.” (TIE§9).

2 Spinoza dirá em sua obra magna, a *Ética*, o seguinte: “Por Deus compreendo um ente absolutamente infinito, isto é, uma substância que consiste de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita.” (EIDef6).

1 A felicidade como excelência da alma em Aristóteles

Parece que a felicidade, mais que qualquer outro bem, é tida como este bem supremo, pois a escolhemos sempre por si mesma, e nunca por causa de algo mais.”³

Como se vê, a felicidade para Aristóteles tem fundamento no fato de o filósofo considerá-la como o maior bem que o homem pode vir a ter, ela advém de uma ação virtuosa e é um fim em si mesma, como ele aborda na *Ética a Nicômacos*, citada acima. Ou ainda: “[...] a felicidade é algo louvável e perfeito.” (Et. nic., I, 11, 1102, a 31). Implica dizer que o que quer que façamos ou procuremos obter não representa por si só o objetivo a ser alcançado, ele serve na verdade como uma projeção da felicidade, que é o que realmente se quer obter. Isto significa que se pode mudar a projeção, ou seja, aquilo que representa a felicidade para um homem, mas nunca a substituímos, portanto a escolhemos por ela mesma, como diz Aristóteles. E assim, é para essa finalidade que se dirige o homem, isto é, ser feliz. Podemos evidentemente reconhecer que o filósofo coloca a felicidade num lugar excelente, até mesmo divino. Talvez isso explique que, entre todas as coisas, ela deva ter a primazia e, por isso mesmo, deve o homem empenhar-se numa espécie de exercício virtuoso para alcançá-la.

Aristóteles parece formular uma espécie de metodologia para explicar como se dá a construção e efetivação da felicidade no homem. Sendo assim,

³Et. nic., I, 7, 1197, b 23.

ele busca ressaltar aquilo que é mais importante nesse processo. Ele afirma: “[...] todos aqueles que fundamentam o bem viver na riqueza no caso dos indivíduos consideram feliz a cidade inteira se ela é rica [...]” (ARISTÓTELES. *Política*, 1324a, p. 223). Apesar de julgarmos importante enfatizar essa questão, a saber, da riqueza e de como pode possibilitar na felicidade, ela é parte de uma argumentação mais complexa que exige outros conceitos.

Para o filósofo, além do mais, como bem frisou Lima Vaz (1921-2002), tal felicidade tem uma estreita ligação com a liberdade, isto é, para agir para o bem o homem precisa ter consciência dos seus atos, controlando suas paixões no convívio com os outros e na efetivação de sua própria felicidade. Nesse sentido, podemos indagar: mas até que ponto um homem é livre no interior da *polis* ou do Estado civil para fazer aquilo que lhe pode proporcionar felicidade? Segundo Lima Vaz, então: “[...] se deve atribuir ao exercício da ‘vida no bem’ (*eu zen*) a autonomia ou autocausalidade no domínio de si mesmo [...]” (VAZ, 2009, p. 120). Implica dizer que, nesse processo de construção da virtude para a felicidade, o indivíduo passa a ponderar sobre os meios que podem proporcionar essa felicidade, o que queremos dizer com isso é que seria impossível sem o auxílio da razão a conquista da felicidade sem causar, por vezes, danos, constrangimento ou qualquer prejuízo a terceiros. Pois é por meio dessa racionalidade que o indivíduo busca o equilíbrio e não tende para a falta nem para o excesso, mas permaneça naquilo que Aristóteles chamou de meio-termo.

Um fator adicional que contribui para melhor entender essas questões está embutido na ideia de virtuosidade. Quando falamos de virtude no pensamento de Aristóteles necessariamente temos que falar de excelência. Ora, não é sem razão que o filósofo grego estabelece duas espécies de excelência, a saber, a intelectual e a moral. Para ele, portanto:

Em grande parte a excelência intelectual deve tanto o seu nascimento quanto o seu crescimento à instrução (por isto ela requer experiência e tempo); quanto à excelência moral, ela é produto do hábito, razão pela qual seu nome é derivado, com uma ligeira variação, da palavra “hábito”. É evidente, portanto, que nenhuma das várias formas de excelência moral se constitui em nós por natureza, pois nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito.⁴

Aristóteles percebe que o homem não nasce virtuoso, mas torna-se virtuoso. Nesse sentido, compreendemos que o filósofo acredita que é possível o que podemos chamar de aprendizado da felicidade através da excelência, dirá ele: “[...] pois quem quer que não seja deficiente quanto à sua potencialidade para excelência tem aspirações em atingi-la mediante um certo tipo de aprendizado e esforço” (Et. nic., I, 1099 b, a 27). Ele complementa ainda enfatizando: “Mas é melhor ser feliz assim do que por sorte, é razoável supor que é assim que se atinge a felicidade” (Ibid, p. 27). Portanto, as ações do homem devem ser conduzidas pela razão, buscando atingir a excelência para que se conquiste a felicidade.

⁴Et. nic., II, 1, 1102, a 35.

2 O amor a Deus ou Natureza⁵ como suma felicidade

O pensamento de Spinoza estabelece uma íntima relação entre Deus e a compreensão da realidade. Notadamente marcado por uma concepção de alegria, isso porque o filósofo percebe que ela nasce do amor, esse por sua vez é concebido pelo conhecimento que se adquire de Deus e das causas adequadas⁶, fazendo com que necessariamente seja amado, como ele mesmo coloca no *Breve Tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar*: “Se chegarmos a conhecer Deus, que tem só nele toda a

5 Spinoza define Deus como “um ente absolutamente infinito, isto é, uma substância que consiste de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita.” (EIDef6). Ele ainda se refere a Deus como sendo a natureza: “[...] o ente eterno e infinito que chamamos Deus ou natureza age pela mesma necessidade pela qual existe.” (EIVPref). Já os atributos são para ele “[...] aquilo que, de uma substância, o intelecto percebe como constituindo a sua essência.” (EIDef4). Por sua vez, os modos são “[...] as afecções de uma substância, ou seja, aquilo que existe em outra coisa, por meio da qual é também concebido.” (EIDef5). Para ele ainda, Deus é imanente e não tem nenhuma relação ao Deus pessoal e transcendente anunciado pela religião, principalmente, a judaico-cristã.

6 As causas adequadas são na definição de Chauí (1995, p. 105): “Nosso *conatus* como causa total do que faz, sente e pensa; somos causa adequada na ação porque nela somos a causa interna necessária do que fazemos, sentimos e pensamos [...].” O *conatus*, por sua vez é: “o esforço pelo qual cada coisa se esforça por perseverar em seu ser, não envolve nenhum tempo finito, mas um “tempo indefinido”. (E3P8). Para Chauí (Ibid, p. 63): “o *conatus* é uma força interna positiva ou afirmativa, intrinsecamente indestrutível, pois nenhum ser busca a autodestruição”.

perfeição, necessariamente deveremos amá-lo.” (KV II, V). É preciso, para tanto, se aproximar d’Ele tão intimamente a ponto de tornar um. Este aspecto é interessante porque se dá aquele terceiro gênero de conhecimento, já mencionado anteriormente: “[...] cujo fundamento é o próprio conhecimento de Deus [...].” (E5PXXS). Para Spinoza ainda:

A virtude suprema da mente consiste em conhecer a Deus (pela prop. 28 da P. 4), ou seja, em compreender as coisas por meio do terceiro gênero de conhecimento (pela prop. 25), virtude que é tanto maior quanto mais a mente conhece as coisas por meio desse mesmo gênero (pela prop. 24). Por isso, quem conhece as coisas por meio desse gênero de conhecimento passa à suprema perfeição humana e, conseqüentemente (pela def. 2 dos afetos), é afetado da suprema alegria, a qual (pela prop. 43 da P. 2) vem acompanhada da ideia de si mesmo e de sua própria virtude. Logo (pela def. 25 dos afetos), desse terceiro gênero de conhecimento provém a maior satisfação que pode existir.⁷

Spinoza começa dizendo que conhecer a Deus é uma virtude da mente, mas podemos entender também que esse é um esforço do homem em perseverar em seu ser, isto é, não apenas perseverar em si mesmo como ser humano na existência, mas, principalmente, em Deus que é o bem mais útil e benéfico. Ora, se o homem é um modo dessa substância única, que é Deus ou a Natureza, logo, ele necessariamente está ligado a ela. Em seguida, o filósofo dirá que quanto mais se conhece (pela intuição da mente) mais satisfeita se torna a mente. E não seria isso mesmo

7E5PXXVIII.

conhecer a si próprio? Como considerou Nize Maria em sua obra *Tão Longe Tão perto: As Nize (s) dialogam com Espinosa*, diz ela:

Para mim, caro mestre, teu terceiro gênero de conhecimento, ou o conhecimento intuitivo, é o que mais se aproxima da mudança da subjetividade. Tu não achas que, quando alguém conhece por intuição, não somente se transforma como também há uma forte experiência de autoconhecimento nesse ato? [...].⁸

De fato, a mudança é inevitável, pois quem pode com a potência de Deus? Como também é verdade que se o homem empenha-se na busca por compreender essa substância, pela experimentação, num processo racional (e porque não dizer científico), certamente se encontrará também. Nas palavras de Chauí (1999, p. 432): “A essência das coisas está formalmente compreendida nos atributos de Deus e depende das leis da Natureza. A existência das coisas depende da força da causa necessária e ordem das causas naturais.” Certamente, essa ideia não é de fácil aceitação, pois é complexo digeri-la diante de um mundo onde as pessoas (a massa ou vulgo) são incapazes de pensar por si próprias, medrosas e esperançosas devido às ideologias as quais se submetem. Essa condição a qual elas por vezes estão obrigadas e pelas causas que não entendem, torna confusa e pesada a vida, transformando-a num enfado. Segundo Chauí (1999, p. 432):

Como em Deus existência e essência são idênticas, ‘Deus é Vida’, e o ter vida, enquanto as coisas, por dependerem da força da causa necessária para existir, ‘têm vida’, e o

8 PELLANDA, 2005, p. 57

ter vida, isto é, o fruir a existência, deve ser dito de todas as coisas da Natureza, ‘mesmo as corporais, não unidas a espíritos’, porque todas existem pela força da vida de Deus [...].

O enfoque que dá Spinoza a Deus percorre todas as suas obras e, por assim dizer, seu sistema filosófico, pois essa substância, produtora de todas as coisas inclusive de si mesma é para ele a realidade; ela é o que existe. Nesse sentido, compreender sua estrutura, produção, atributos e modos, é ao mesmo tempo, integrar-se conscientemente a *Deus sive Natura*, “[...] que é a causa primeira e única de tudo o que realizamos e executamos.” (KV, II, XVIII).

Para Spinoza, o homem existe para servir a Deus, nisso consiste sua perfeição e até felicidade. “[...] somos verdadeiramente servidores, e mesmo escravos de Deus [...].” (KV, II, XVIII).⁹ Isto porque somos constrangidos a servi-lo integralmente em virtude de suas leis universais. Ser feliz, portanto, implica numa entrega consciente a Deus, pois somos levados inevitavelmente por essa força, porém quando nos empenhamos por entender as causas, mais facilmente alcançamos a felicidade, pois compreendemos a Deus em seu movimento. Foi como percebeu Spinoza,

⁹ Evidentemente, aqui nessa passagem, não existe nenhuma conotação religiosa, no sentido de haver no comportamento de Spinoza uma inclinação para a veneração a uma força pessoal, ou algo do gênero. Lembra mais uma constatação do ser extraordinário que é Deus, pois como Spinoza dirá mais a frente: “Pois se fôssemos deixados a nós mesmos, e não na dependência de Deus, poderíamos realizar muito pouco, ou mesmo nada; e a justo título tiraríamos disso uma causa de entristecimento.” (KV, II, XVIII).

depois de um período de experimentação da vida e de tudo que a envolve. No seu *Tratado da Reforma da Inteligência* ele diz o seguinte:

Depois que a experiência me ensinou que tudo o que acontece na vida ordinária é vão e fútil, e vi que tudo que era para mim objeto ou causa de medo não tinha em si nada de bom nem de mau, a não ser na medida em que nos comove o ânimo, decidi, finalmente, indagar se existia algo que fosse um bem verdadeiro, capaz de comunicar-se, e que, rejeitados todos os outros, fosse o único a afetar a alma (*animus*); algo que, uma vez descoberto e adquirido, me desse para sempre o gozo de contínua e suprema felicidade.¹⁰

Assim, vemos que é pelo conhecimento da mente que Spinoza entende a lógica de Deus, esse bem verdadeiro capaz de afetar os ânimos dos homens com suas leis comuns. Conhecer é, então, uma potência advinda dos afetos, mas, veja bem: “[...] não se trata nunca de conhecer por conhecer, trata-se de conhecer para ser afetado, e ser afetado de tal forma que possamos viver felizes.” (ANDRÉ, 2009, p. 17).

3 Sobre a posição filosófica dos autores quanto à felicidade

Quando se trata de um tema abordado por dois pensadores formidáveis, ainda mais se tratando de dois autores de sistema, discorrer sobre interseções e diferenças pode ser desafiador, no entanto, a experiência oferece ao pesquisador novos prismas de percepção do conhecimento.

10TIE§1

Nesse processo de identificação da felicidade em ambos os filósofos gostaríamos de salientar a posição de Spinoza quanto aos bens incertos versus as riquezas em Aristóteles. Essa diferença pode ter muita relevância na constituição do caráter do indivíduo e pode comprometer a busca e a conquista mais efetiva desse bem maior, que é Deus. Ainda que essas riquezas garantam a posse da felicidade, mas uma felicidade parcial e não plena. Ora, quanto a isso, Spinoza alegará “[...] que toda felicidade ou infelicidade reside só numa coisa, a saber, na qualidade do objeto a qual nos prendemos pelo amor.” (TIE§9).

A felicidade para Aristóteles, diferentemente de Spinoza, considera além de outras coisas nas riquezas, o que para Spinoza vem a ser um bem incerto, ou seja, a riqueza poderia entrar na lista daqueles bens incertos que Spinoza parece abrir mão em virtude de Deus, seu bem maior. Ora, o pensador holandês acredita que a riqueza, bem como as honras e o prazer dos sentidos distraem o homem do verdadeiro bem, como ele coloca: “Com estas três coisas a mente se distrai de tal maneira que muito pouco pode cogitar de qualquer outro bem.” (TIE§3). Gostaríamos de ressaltar que por mais que Aristóteles veja com bons olhos as riquezas na busca pela felicidade, não se defende aqui a ideia de que ele seja um materialista, apenas a de que esta posição não é partilhada por Spinoza que, por sua vez, também não deve ser considerado como um idealista desprezador das riquezas ou dos bens materiais, por assim dizer.

Ora, nesse sentido, a riqueza poderia muito mais ser corruptível para o homem do que boa. E assim traria muito mais afetos negativos que positivos, tais

como: ódio, tristeza, medo, etc. Ao invés do amor, da alegria e da esperança. Logo, o homem estaria afastando-se mais da felicidade que se aproximando. E mesmo que Aristóteles pense nas riquezas como instrumento para um fim, ou numa certa moderação (meio-termo), ainda assim, corre o risco de o homem vir a buscar mais as riquezas que a Deus, ou esse “afeto de ‘amor divino’” (ANDRÉ, 2009, p. 17). Portanto, os bens incertos ofuscam a percepção do bem verdadeiro que é conhecido por suas próprias causas.

É interessante pensar, mediante o que foi apresentado, que a razão pode ser a ligação mais sensata e eficaz, por assim dizer, para o conhecimento das causas, pois é a diretriz racional que, certamente, pode levar o homem mais facilmente à virtuosidade. Podemos também entender que, para Aristóteles, a razão está intimamente relacionada com as ações que expressam um modo de vida, as quais realizadas com excelência conduzem o homem à felicidade. Por essa razão, o filósofo acredita que seja possível aprender ser feliz e a razão corrobora nesse processo. Spinoza, por sua vez, entenderá que é por meio das causas adequadas que o homem se aproxima de uma compreensão racional, portanto, essa nova visão adquirida pelo conhecimento de segundo gênero, a saber, a razão, dá lugar a um esforço ou um desejo para conhecer as coisas por meio da intuição. E uma vez atingido esse terceiro gênero de conhecimento (intuição) o homem será tão mais virtuoso quanto feliz.



Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDRÉ, Martins. **O mais potente dos afetos: Spinoza e Nietzsche.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos.** Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, c1985, 1999.

———. **Política.** Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **A nervura do real: Imanência e liberdade em Espinosa.** São Paulo:

Companhia das Letras, 1999.

———. **Espinosa: uma filosofia da liberdade.** São Paulo: Moderna, 1995.

FARIA, Ernesto. **Dicionário Latino-Português.** Belo Horizonte: Líthera Maciel Editora gráfica, 2003.

LIMA VAZ, H. C. **Escritos de Filosofia IV Introdução à Ética 1.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

PELLANDA, Nize Maria Campos. **Tão Longe Tão perto: As Nize (s) dialogam com Espinosa.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética.** Trad. de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

———. **Breve Tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar.** Trad. Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Luís César Guimarães Oliva. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

———. **Tratado da Reforma da Inteligência.**
Trad. Lívio Texeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes,
2004.

